

Sarney quer a definição imediata de seu mandato



Sarney disse ao prefeito Saturnino Braga que a indefinição do mandato inibe os investimentos

O presidente José Sarney quer que a Assembleia Constituinte tome uma decisão imediata sobre os temas mais polêmicos: duração de seu mandato e sistema de governo. Ele não está trabalhando pessoalmente pela aprovação de nenhuma das emendas, mas sente dificuldades em governar diante da indefinição. Quanto mais rápido for decidido, entende o Presidente, melhor para o País.

Este foi um dos temas da conversa de ontem entre o Presidente e o prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga. Sarney, por iniciativa própria, iniciou a conversa, desabafando com o prefeito. Disse o Presidente que esta indefinição "inibe os investimentos", afirmando ainda que muitas iniciativas governamentais e privadas não estão sendo tomadas

porque todos esperam a decisão sobre mandato e sistema de Governo.

Esta posição do Presidente contraria a expectativa do líder do PFL, deputado José Lourenço, centrista. Ele acredita que se o mandato for a plenário agora, a tese dos cinco anos será derrotada. Por isso, José Lourenço prefere que a votação sobre mandato seja um dos últimos temas do plenário.

Embora o líder pefelista acredite que a votação agora derrotaria o mandato de cinco anos, esta não é a opinião de alguns assessores da Presidência da República, entre eles, o subsecretário de Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves. Sem euforia, Hargreaves prevê a vitória da emenda

dos cinco anos, "se for votada agora". Na sua opinião, se o mandato for votado em março, é impossível qualquer previsão e tudo dependerá do comportamento da economia. O subsecretário afirma inclusive que a vitória será "por uma pequena margem de votos", arriscando um palpite: oito ou dez votos de diferença em favor dos cinco anos.

Derrota

Sarney, entretanto, está tranquilo sobre duração de mandato. Ele tem em mãos dados informando que os cinco anos serão aprovados "em qualquer época", porque este é o interesse do PMDB. O partido, diz este informe, já sabe que pode ser derrotado nas eleições presidenciais deste ano e prefere que elas se realizem em 1989.

Não há acordo para inverter votação

Apesar das versões sobre o interesse do Palácio do Planalto na votação prioritária do mandato do Presidente Sarney, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, reafirmou, ontem, sua posição contrária à inversão da pauta da Constituinte para permitir a definição imediata daquela questão. Também se manifestaram contra a inversão da pauta o líder do PDS, Amaral Neto, e o vice-líder do PDT, Vivaldo Barbosa.

José Lourenço rejeita a prioridade para a votação do mandato levando em conta, inclusive, que o trabalho dos Constituintes "não vai demorar tanto assim", acreditando que a nova Carta será promulgada em abril. Por isso, o líder pefelista entende que a ordem de votação "deve ser a mesma que aparece no projeto de Constituição" que, acrescenta, "tem um encaideamento natural e ficaria quase impossível mudar essa ordem".

Para Amaral Neto, "votar agora a questão do sistema de governo e a duração do mandato do presidente Sarney seria, no mínimo, diminuir importância das outras questões". Com essa inversão de pauta, acredita o líder pedessista, "a Constituinte se esvaziaria totalmente nas fases seguintes".

"Se já está difícil arranjar quorum agora, imagine-se o que aconteceria se os assuntos mais polêmicos fossem definidos desse o início". Ao contrário do líder José Lourenço, Amaral Neto mostra-se cada vez mais pessimista quanto à conclusão dos trabalhos da Constituinte, que ele teme venha a ocorrer somente no próximo ano. Amaral considera inviável a ideia de votação em bloco, defendida pelo presidente da Assembleia Ulysses Guimarães: "As esquerdas não vão permitir. Elas estão se

preparando para obstruir os trabalhos sempre que estiverem em desvantagem".

O vice-líder do PDT, Vivaldo Barbosa, discorda da visão pessimista do líder do PDS. A seu ver, a obstrução não vai demorar porque há o desejo dos constituintes de concluir a votação o mais cedo possível.

Vivaldo Barbosa acha que "seria um contra-senso" votar primeiro a duração do mandato, tendo em vista que essa questão é tratada no final do texto constitucional, nas disposições transitórias. Ele observa que agora a inversão da pauta é de interesse do Palácio do Planalto, por acreditar verdadeira a tendência por um mandato de cinco anos, propalada pelos articuladores do Centrão e negada pela oposição e pelos peemedebistas que lutam por eleições ainda este ano.

Emenda Egídio é semelhante à da Comissão

A fórmula de eleição do Primeiro-Ministro contida na emenda Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), que tem o apoio de 345 assinaturas, é exatamente a mesma da emenda Nelson Carneiro (PMDB-RJ), aprovada na Comissão de Sistematização. A única diferença está no final do processo, onde o texto da Sistematização prevê a nomeação do Primeiro-Ministro pelo Presidente da República, no caso de a Câmara não viabilizar a sua eleição. Egídio propõe a retomada do processo de formação do governo, com a indicação de um novo candidato a Primeiro-Ministro pelo Presidente.

Pelos dois textos, o Presidente da República, após ouvir o partido ou coligação majoritária de partidos na Câmara dos Deputados, faz a nomeação do candidato a primeiro-Ministro. Em 10 dias, o Primeiro-Ministro deve submeter à Câmara o seu programa de governo. Os debates em torno do programa devem começar no prazo de 48 horas e não poderão ultrapassar três dias. Em prazo não superior a cinco dias, a Câmara poderá rejeitar o programa de governo.

Após a segunda rejeição da indicação do Presidente da República, a Câmara dos Deputados, num prazo de 10 dias, fará a votação para a escolha do Primeiro-Ministro, com maioria absoluta de votos. A nomeação pelo Presidente da República ocorrerá em 48 horas. Em 10 dias, o Primeiro-Ministro apresentará o seu programa de governo à Câmara. Não conseguindo o eleito a maioria absoluta dos votos, o Presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados, convocando eleições.

Nesse ponto, os projetos de Constituição divergem. O texto da Sistematização prevê o seguinte: "Optando pela não dissolução da Câmara dos Deputados, o Presidente da República, ouvido o Conselho da República, deverá nomear o Primeiro-Ministro. Negada a confiança, o governo apresentará sua demissão. O Presidente poderá dissolver a Câmara e convocar eleições antecipadas, por solicitação do Primeiro-Ministro e pronunciamiento favorável do Conselho da República".

Constituição extinguirá as consultorias

A nova Constituição, em fase de elaboração, vai acabar com a procuradoria geral da Fazenda, a consultoria geral da República e todas as consultorias jurídicas dos órgãos públicos. As duas propostas existentes para compor a nova Carta (do Centrão e a emenda Bernardo Cabral) extinguem todos esses órgãos e criam apenas uma espécie de escritório único de advocacia para o Governo. Dessa forma, cerca de 5,5 mil advogados, muitos deles concursados, não sabem qual o seu destino. Certamente o novo órgão não poderá absorver todos eles.

No esteio dessa alteração profunda na estrutura da organização administrativa, busca-se apenas um objetivo, de equiparar, salarialmente, os assistentes jurídicos (advogados que trabalham em órgãos de advocacia dos ministérios e vinculadas). Os procuradores, tanto da Fazenda quanto da República, já formam uma categoria profissional à parte, almejada pelos demais profissionais, com funções semelhantes, dos outros órgãos.

Esse objetivo é explícito na emenda apresentada pelo Centrão e implícito na emenda Cabral. Para muitos dos atingidos pela mudança, não precisaria alterar tão profundamente a estrutura, para se chegar a este fim.

Governadores tentam esvaziar reunião do diretório do PMDB

A maioria dos governadores do PMDB, juntamente com o presidente do partido, Ulysses Guimarães, está trabalhando para esvaziar a reunião do Diretório Nacional, a ser convocada pelo Grupo Histórico para o próximo dia três, a fim de discutir a proposta de rompimento com o Governo.

Até ontem à tarde, o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) já havia recolhido 39 das 41 assinaturas necessárias para a convocação do Diretório Nacional. Scalco espera obter ainda hoje as três subscrições que faltam para fixar a data da reunião daquele órgão partidário.

Diante da decisão dos históricos, tomada no último dia nove, de convocar o Diretório para discutir a proposta de rompimento com o Governo, governadores do partido e o próprio Ulysses Guimarães passaram a atuar no sentido de esvaziar a reunião, uma vez que seria praticamente impossível impedir a realização do encontro.

Dependência

A atitude dos governadores é baseada no fato de que eles dependem das verbas da União para desenvolver seus programas administrativos. Ulysses, por sua vez, não quer discutir o assunto enquanto a Constituinte não tiver encer-

rado o seu trabalho de elaboração da futura Constituição.

Com a oposição dos governadores e do presidente do PMDB, dificilmente os históricos conseguirão a presença de 62 membros na reunião, que é o quorum mínimo para qualquer deliberação do Diretório. Além de discutir o rompimento com o Governo o documento dos históricos deseja examinar ainda a elaboração de uma plataforma eleitoral para o candidato do partido à sucessão do presidente José Sarney e o preenchimento da terceira vice-presidência.

O deputado Euclides Scalco continuava ontem firme na sua disposição de completar as assinaturas visando a convocação do Diretório. Sobre a posição de Ulysses, que é contra discutir a relação do PMDB com o Governo enquanto não for promulgada a Constituição, Scalco respondeu que "uma coisa é a relação do partido com o Governo, a outra é do partido com a Constituinte".

Por sua vez, os membros do Movimento Unidade Progressista do PMDB (MUP) prometem deixar o partido, caso os governadores e Ulysses Guimarães consigam esvaziar a reunião do Diretório.

Lyra ameaça dar voto contra parlamentarismo

Recife — O deputado Federal Fernando Lyra, um dos coordenadores da campanha diretas-já, disse que está disposto a rever seu apoio ao sistema parlamentarista. E justificou: "Embora continue acreditando que o parlamentarismo é o melhor sistema de Governo para o País, desconfio de que a tese parlamentarista está servindo de biombo para encobrir os fisiológicos enrustidos na Constituinte".

Segundo Lyra, grande parte dos constituintes que se diz favorável aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney tem como justificativa o parlamentarismo: "Desconfio de que o parlamentarismo vai ser usado como ar-

gumento por esse pessoal como se, para implantá-lo, fosse necessário os cinco anos de mandato. Podemos ter o sistema parlamentarista com eleições esse ano, nada impede isso, afirmou.

Acredita que o Palácio do Planalto tem investido junto aos parlamentaristas até orientado os deputados que defendem esse sistema para que passem a apoiar os cinco anos: "Como sabemos que o fisiologismo anda solto — afirma — nada impede que mesmo deputados que não apoiam o parlamentarismo passem, por conveniência, a defendê-lo, escondendo suas reais intenções".



Líder do PFL crítica

Lourenço diz que ministros "desafinam"

"Há ministros do PMDB desafinados com o Palácio do Planalto", afirmou ontem o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA). Para ele, os ministros que não trabalham ativamente a favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney podem ser incluídos entre os que estão "desafinados" com o Governo.

Lourenço não quis, no entanto, citar nomes, apesar de insistir na "necessidade" de o presidente Sarney vir a promover uma reforma ministerial.

O líder do PFL negou que o ministro Aureliano Chaves não esteja trabalhando em favor dos cinco anos para Sarney, por haver declarado que isto é uma questão que compete aos constituintes decidir. "Entre a conversa e a ação existe uma diferença", disse Lourenço, garantindo que Aureliano tem pedido uma "definição de posições" em favor dos cinco anos a parlamentares de sua confiança.

Atrasada

O líder pefelista afirmou, com ironia, que a reforma ministerial é "para ontem", embora o assunto, segundo ele mesmo admite, seja de competência do presidente Sarney.

O parlamentarista está convicto de que há muita gente no Centrão que assinou a emenda a favor dos cinco anos para Sarney, mas só confirmará seu voto após uma reforma ministerial, "pois há necessidade de adequar o Governo à base parlamentar de que ele dispõe".

Disputa

José Lourenço confirmou ontem que tem conhecimento de uma articulação para tirar a liderança do PFL. Ele disse que recebeu telefonemas dos deputados Luis Eduardo (BA) e Ricardo Fiúza (PE) comunicando-lhe que foram convidados por "um grupo" no partido para disputar a liderança. "Os dois me disseram que não aceitam", garantiu Lourenço, para quem essa articulação parte de deputados que "não têm coragem" de disputar com ele e por isso convidam outros para a disputa. "Eles não têm coragem de disputar comigo, porque sabem que perderão", desafiou o líder.

Em relação à Constituinte, o líder condenou ontem a tática de obstrução que está sendo promovida pelos pequenos partidos, que se sentiram prejudicados com o novo Regimento Interno. "A obstrução só faz protelar decisões", disse Lourenço, citando como exemplo "mais prático" de que essa tática "não dá resultado" a tentativa dos pequenos partidos de votar emendas ao novo Regimento Interno, que acabou sendo aprovado pelo Centrão.

Deputado lança Quercia candidato ao Planalto

São Paulo — Após criticar duramente a Assembleia Nacional Constituinte, em solenidade no Palácio dos Bandeirantes, o deputado federal João Cunha, constituinte pelo PMDB, lançou ontem a candidatura do governador Orestes Quercia à Presidência da República, ato repetido pelo prefeito José Rodrigues, de Monte Alto. Mesmo assim, após receber o apoio de dezenas de prefeitos e políticos do PMDB que estavam presentes à solenidade, Quercia afastou a possibilidade de se candidatar, enquanto não tiver cumprido com seu mandato como governador do Estado.

Mas o deputado João Cunha não concorda com essa posição do governador, tanto assim que, em seu discurso, enalteceu a administração paulista, afirmando que Quercia "resgatou para São Paulo sua dignidade e seu peso político".

Ele acredita que os políticos só conseguirão resgatar a confiabilidade do povo se aprovarem uma Constituição onde não "prevaleçam as ambições pessoais e os interesses de grupos" e se aprovarem uma emenda de sua autoria que propõe a realização de eleições diretas para deputados federais,

senadores, vice-presidente e presidente da República, 120 dias após a promulgação da Constituição: "Feito isso, será possível então chamar Orestes Quercia para endireitar o Brasil".

Banespa

Quercia, por sua vez, admitiu ter como meta a Presidência da República, repetindo entretanto que só pensará em disputar esse cargo após ter cumprido seu mandato como governador de São Paulo. Quanto às notícias de que o presidente José Sarney estaria pensando em reabrir as investigações na corretora Banespa em represália à posição de Quercia quanto à duração do mandato presidencial, Quercia comentou: "Reabrir o caso Banespa pode reabrir a vontade. Ninguém deve nada e aqueles que devem vão pagar por isso". Mas negou que Sarney pretenda promover qualquer espécie de represália, mesmo porque, pessoalmente, Quercia sempre defendeu um mandato de cinco anos, reconhecendo entretanto que a maioria da população brasileira e dos próprios constituintes é favorável a um mandato de quatro anos.

Sigilo para evitar pressões

Rubem de Azevedo Lima

Governadores peemedebistas que defendem o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney estão aconselhando os constituintes favoráveis também a essa tese a não se manifestarem publicamente sobre tal assunto, para não ficarem sujeitos às pressões e sanções do Palácio do Planalto.

Essa questão chegou a ser discutida, em linhas gerais, durante recente encontro, em Minas, entre os governadores peemedebistas Newton Cardoso (MG), Orestes Quercia (SP) e Moreira Franco (RJ), ao se reconhecer a existência de um poderoso lobby governamental em favor dos cinco anos.

Moreira Franco, único dos três favorável aos quatro anos para Sarney teria mostrado que as postulações de interesse do Rio de Janeiro estão sendo sistematicamente preteridas nas repartições federais. Por esse motivo, Moreira Franco teria reconhecido que o Palácio do Planalto vem assediando os constituintes indecisos entre os quatro e os cinco anos de mandato.

Após o encontro dos governadores, os defensores do mandato presidencial de quatro anos, acharam aconselhável criar mecanismos de proteção nos constituintes que advogam a realização de eleições presidenciais ainda no ano corrente, contra as retaliações do Governo. O trabalho pró-diretas em novembro próximo vai continuar, mas será feito, de agora em diante, com a maior discrição possível, pelos partidários notórios ou encobertos dessa tese.

Incoerência

Na reunião de Minas, abordou-se a incoerência entre o número de signatários da emenda dos cinco anos (316 constituintes e não 317, como se divulgou no primeiro momento) e as respostas de constituintes a uma pesquisa, com votação sigilosa, do Jornal do Brasil, que mostram nítida preferência pelos quatro anos. Chegou-se à con-

clusão, no encontro, que o problema do mandato ainda não está definido, conforme acredita o próprio Sarney, e só se resolverá no instante mesmo da votação da matéria, no plenário da Assembleia.

Até lá, segundo as previsões de alguns governadores, a sociedade terá voltado a mobilizar-se em favor dos quatro anos e isso poderá fazer refluir a inclinação de numerosos constituintes pelos cinco anos.

Um dos motivos pelos quais se acredita nessa hipótese decorre do precedente da disputa que se travou no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, entre a chapa oficial à sucessão do então presidente João Figueiredo (Paulo Maluf-Flávio Marclli) e, a chapa oposicionista (Tancredo Neves-José Sarney). Dois meses antes do pleito, Maluf, graças ao instrumental de pressão do governo e com o apoio dos então ministros do Exército e Aeronáutica, anunciava que teria dezenas de votos da oposição, no Colégio Eleitoral. No dia da eleição, ele só teve um voto na oposição (o do ex-deputado Brálio de Carvalho) e perdeu quase 150 dos correligionários com que contava e lhe pareciam infalíveis.

Esse desfecho é esperado na decisão do problema do mandato do presidente e com a mesma justificativa que se deu à derrota de Maluf, em 1985. Faltando poucos meses para o final de mandato de Sarney — se a Constituinte aprovar os quatro anos —, que reação poderá ter o Presidente contra a Assembleia? Retaliações, em abril próximo, quando a Constituinte aprovar a futura Constituição, não passarão de gestos inocuos e que agravarão ainda mais a situação política de Sarney. Portanto, de acordo com a estratégia recomendada por governadores favoráveis ao mandato de quatro anos, a hora de brigar não é agora, mas no momento da votação, quando a maioria silenciosa da Assembleia fizer com Sarney o que o Colégio Eleitoral fez a Maluf.